



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 151

Rub:

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação através do sistema de registro de preço de empresa especializada para fornecimento e gerenciamento de auxílio-alimentação aos pacientes que fazem tratamento de tuberculose no Município de São Pedro da Aldeia, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência e seus Anexos por um período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Trata-se de benefícios de alimentação, devidamente previsto na Resolução nº 2580, de 23 de dezembro de 2021, de forma a assegurar benefício relativo a alimentação, destinado às pessoas com tuberculose, notificadas à Secretaria de Estado de Saúde e Ministério da Saúde, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

2.2. Considerando o alinhamento do objeto da contratação da presente Resolução ao disposto na Instrução Operacional Conjunta SUAS/SUS Nº 1, que destaca em seu Capítulo V a ATUAÇÃO CONJUNTA SUAS E SUS PARA O ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE, contemplando a “Construção de estratégias específicas de atuação entre SUAS e SUS considerando os fatores de risco para o desenvolvimento e o agravamento da doença (desnutrição, presença de outras doenças e o uso de tabaco, álcool e outras drogas)” e que destaca que “Levando em consideração os determinantes sociais da doença e a condição de vulnerabilidade e risco social, existe alta probabilidade da maioria das pessoas com tuberculose necessitarem acessar os serviços executados pela Política Nacional de Assistência Social”, citando que “Durante o tratamento, pessoas que recebem cesta básica apresentam maior probabilidade de cura e menor probabilidade de abandono, quando comparadas às que não recebem (Lab -Epi UFES, 2016)”; e as evidências de que o comprometimento do estado nutricional e a desnutrição destacam-se como fatores de risco para o desenvolvimento e agravamento da Tuberculose. O benefício poderá ser viabilizado através de vale-alimentação, cestas básicas, restaurantes populares ou cartão alimentação.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Do fornecimento dos cartões

3.1.1. Após a assinatura do Contrato, a Secretaria de Saúde enviará listagem com os dados de todos os pacientes que receberão os Cartões de Auxílio-Alimentação. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do envio da referida listagem, para entregar os cartões na SEDE da SESAU;

3.1.2. Os Cartões de Auxílio-Alimentação do tipo magnético com chip deverão:

3.1.2.1. Ser personalizados com nome do paciente, razão social do CONTRATANTE, data de validade, nome, endereço, telefone e CNPJ da Contratada;

implants



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 152

Rub: [assinatura]

3.1.2.2. Possuir chip de segurança, senha individualizada e intransferível, assim como possibilitar recargas mensais;

3.1.2.3. Ser entregues bloqueados, com as respectivas senhas, em envelope lacrado com o nome do paciente impresso na parte externa, no endereço da Secretaria de Saúde, Rua Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ – CEP 28941-112, no horário de 08h às 17h (horário local), em dias úteis, sem custo de frete;

3.1.2.4. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito pelo paciente, através de Central de Atendimento Eletrônico e/ou pelo aplicativo disponibilizado ao usuário;

3.1.3. O primeiro cartão de auxílio-alimentação de cada paciente, independentemente da data de concessão do benefício, será arcado pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

3.1.4. A CONTRATADA deverá garantir a substituição de pelo menos 01 (um) cartão de auxílio-alimentação, sem custo, nas mesmas características e condições definidas para o primeiro envio, quando solicitado pelo paciente, nos casos de extravio, perda, roubo ou furto;

3.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 01 (um) cartão adicional, sem custo, nas mesmas características e condições definidas neste termo para cada paciente que solicitar;

3.1.6. Os cartões entregues pela CONTRATADA que não atenderem às especificações contidas no Contrato e no Termo de Referência ou apresentarem quaisquer defeitos, serão rejeitados ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar sua reposição e entrega no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação;

3.2. Disponibilização dos créditos nos cartões de auxílio alimentação dos pacientes;

3.2.1. A solicitação de créditos será efetuada mensalmente pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data prevista no cronograma de crédito a ser previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

3.2.1.3. Os valores a serem creditados em cada cartão deverão, impreterivelmente, ser disponibilizados nas datas estabelecidas no cronograma;

3.2.2. O descumprimento do prazo de disponibilização do crédito conforme o cronograma poderá ensejar a aplicação de penalidades;

3.2.3. Os créditos inseridos nos cartões magnéticos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão ser computados obrigatoriamente aos próximos créditos, de tal forma que os pacientes, em hipótese alguma, sejam prejudicados;

3.2.4. A obrigatoriedade da disponibilização do crédito na data estabelecida no cronograma não está vinculada ao pagamento da Nota Fiscal mensal, ficando a cargo da CONTRATADA as providências para o recebimento dos valores em tempo hábil para receber o referido crédito, nos moldes do que prevê a cláusula de pagamento;

3.2.5. O pagamento da Nota Fiscal está vinculado ao envio de todos os documentos necessários à liquidação da despesa. O não pagamento da Nota Fiscal por problemas

implante

[assinatura]



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 153

Rub: [assinatura]

documentais, não isenta à CONTRATADA de efetuar os créditos nas datas previstas no cronograma estabelecido pela SESAU.

3.3. Serviços disponibilizados
Caberá à contratada:

3.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar aplicativo para smartphone nos sistemas Android e IOS, aos usuários do cartão, contendo no mínimo, as seguintes funções:

3.3.1.1. Forma de contato com a empresa;

3.3.1.2. Consultas de saldo e extrato;

3.3.1.3. Bloqueio de cartões;

3.3.1.4. Consulta atualizada da rede de estabelecimentos credenciados.

3.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar tecnologia via internet, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência. Deverá, ainda, garantir o necessário treinamento para o fiscal do contrato e suporte para implementação e operacionalização da tecnologia empregada;

3.3.3. Efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base em arquivo eletrônico a ser fornecido pela Contratante

3.3.4. Disponibilizar mensalmente ao CONTRATANTE a relação dos pacientes beneficiários, contendo os valores, a data de crédito e o mês de referência;

3.3.5. Disponibilizar mensalmente, relatório contendo as informações sobre estornos (parciais e totais) contendo nome do paciente, valor base de cálculo e o valor efetivamente estornado, além da referência do atendimento (protocolo);

3.3.6. A CONTRATADA deverá em até 05 (cinco) dias úteis da data da publicação do Contrato; informar o número do telefone da Central de Atendimento ao Cliente 0800 ou similar, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, que atenderá à Secretaria de Saúde solucionando as demandas decorrentes da administração e gerenciamento e aos usuários, todos os dias, para os serviços de avisos de perda, roubo ou extravio (com imediata solicitação de 2º via), bloqueio de cartão, alteração de senha pelo próprio usuário, consulta de rede credenciada, consulta de saldo e para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização do benefício, sem prejuízo das funcionalidades previstas no aplicativo.

3.3.7. Prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, prestar suporte e treinamento aos servidores do CONTRATANTE designados para operar o sistema fornecido, objetivando o pleno cumprimento dos serviços;

3.3.8. No caso de perda ou extravio do cartão, a CONTRATADA deverá repassar o crédito existente no cartão atual para outro cartão que será solicitado pelo Fiscal do CONTRATANTE;

3.3.9. Realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados;

[assinatura]

[assinatura]



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 154

Rub:

3.3.10. Bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido e creditá-lo a favor do usuário, sem quaisquer ônus à Administração e/ou aos pacientes;

3.3.11. O cartão magnético com chip e referente ao auxílio-alimentação deverá ser aceito como meio de pagamento, na rede credenciada pela CONTRATADA, quando da aquisição de gêneros alimentícios, sem acréscimos de preço em relação ao pagamento à vista.

3.4. Rede de estabelecimentos credenciados

3.4.1.A CONTRATADA deverá disponibilizar o número mínimo de 50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados no município, entre supermercados, mercados, minimercados, padarias, açougues, armazéns, mercearias e correlatos.

3.4.1.1. A relação dos estabelecimentos credenciados deverá ser disponibilizada no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

3.4.1.2. Deverá ser exigida em edital, como condição de habilitação, que os licitantes apresentem o termo de compromisso e/ou declaração, se comprometendo a cadastrar os estabelecimentos comerciais conforme o item 3.4.1.

Caberá à CONTRATADA:

3.4.2. Garantir que os cartões sejam regularmente aceitos pelos estabelecimentos credenciados e reembolsar, na forma da lei e no devido prazo, o estabelecimento comercial credenciado;

3.4.3. Enviar ao CONTRATANTE sempre que solicitado, na forma digital, a relação completa e atualizada dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, comunicando, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, eventuais alterações.

4. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.1. O fornecimento e gerenciamento de vale alimentação é um tipo de contratação que envolve a transferência antecipada de valores à empresa, como condição para a prestação dos referidos serviços. Deste modo, entendeu-se pela necessidade de se estabelecer um instrumento de medição de desempenho e também, uma pesquisa de satisfação dos usuários, visando a segurança da contratação e a garantia de um padrão de qualidade dos serviços

4.2. Pesquisa de satisfação dos usuários

4.2.1 Caso o setor demandante identifique indícios de insatisfação dos usuários com relação aos serviços prestados pela empresa contratada, o contratante PODERÁ, a seu critério, aplicar pesquisa de satisfação com o objetivo de medir o nível de qualidade dos serviços.

4.2.2 Sempre que a pesquisa evidenciar baixo nível de satisfação dos usuários, será oportunizado à Contratada um prazo de 30 dias para adoção de medidas saneadoras que tenham como objetivo a melhoria do indicador.

4.2.3. A reincidência de baixo nível de satisfação dos usuários por 03 pesquisas consecutivas poderá ensejar na rescisão unilateral do contrato por parte da Contratante.



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 155

Rub: [assinatura]

4.2.4. A metodologia de avaliação da qualidade dos serviços será definida após a assinatura do contrato em formulário próprio elaborado pela Contratante e disponibilizado à Contratada pelo menos 30 dias antes da aplicação da pesquisa entre os usuários, e abordará minimamente os seguintes critérios: quantidade de credenciados, uso do aplicativo e atendimento ao cliente por meio do canal telefônico disponível.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços.

6. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

6.1.1. O concorrente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não confirmar o recebimento da Nota Empenho, deixar de entregar a documentação exigida, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, comporta-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa, ficará sujeito as seguintes penalidades:

6.1.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação.

6.2. O concorrente que se ensejar o retardamento da execução de seu objeto, ou ensejar o retardamento da entrega do objeto, ficará sujeito às seguintes penalidades que serão aplicadas sucessivamente, sendo que o atraso superior a 30 dias caracteriza a inexecução total do objeto:

6.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor determinado no Item 17.5, limitada a 10% (dez por cento).

6.3. Por infração a cláusulas contratuais que concretizem inexecução do contrato, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

6.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor determinado.

6.4. A aplicação da multa por atraso na execução da contratação, não impede a rescisão unilateral por parte da Administração;

6.5. Considerar-se-á valor base para aplicação das multas;

6.5.1. Antes do fornecimento, o valor total da proposta.

6.5.2. Após o fornecimento, o valor do mesmo.

6.6. A aplicação de penalidade será feita, mediante Processo Administrativo específico. A Administração deverá comunicar a Contratada sua intenção de lhe aplicar penalidades prevista no instrumento contratual, quando entender configurada a hipótese de aplicação de sanção, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, que deverá ser feita por meio de notificação, a qual deverá ser entregue pessoalmente, ou pela via postal com aviso de recebimento, aos representantes legais do concorrente ou da contratada

[assinatura]

[assinatura]



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 156

Rub: [assinatura]

6.7. As multas previstas deverão ser recolhidas num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. O valor da Multa poderá ser cobrado judicialmente, mediante execução fiscal, após inscrição em dívida ativa.

6.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores no setor de compras.

6.9. O não cumprimento, o cumprimento irregular ou a lentidão no fornecimento, levando a fiscalização a comprovar a impossibilidade do adimplemento das obrigações;

6.10. O atraso injustificado no fornecimento.

6.11. O não fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à fiscalização.

6.12. A subcontratação total ou parcial do fornecimento, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem assim a fusão, cisão ou incorporação, não admitida no Termo de Referência.

7. PRAZO DE DURAÇÃO

7.1. A contratação terá a vigência a partir da data de assinatura do contrato, pelo período de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, não ultrapassando o limite de 60 meses previsto na Lei 8.666/93, desde que seja de interesse da administração, comprovada a devida vantagem e cumprimento de ritos de renovação.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica em nome do licitante, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste ETP.

8.2. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

8.3. A Administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE COM MEMÓRIA DE CÁLCULO

9.1. Com base no Anexo I da Resolução SES nº 2580/2021, é possível identificar a média anual de pessoas com tuberculose, estas notificadas no SINAN, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Adiante, é apresentada a tabela com o total de quantitativo de notificações no SINAN, referentes ao Município de São Pedro da Aldeia, no período de 2015 a 2019.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Média
Notificações	26	35	41	33	41	35

[assinatura]

[assinatura]



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. Nº: 6631/2022

Fls nº: 157

Rub: [assinatura]

9.2.O valor referente ao benefício para custear a alimentação das pessoas em tratamento de tuberculose foi estabelecido no §2º do art. 2º da resolução SES Nº 2580/2021, em **R\$ 250,00** mensais por usuário. O período médio do benefício é de 06 meses, conforme o período de tratamento, sendo suspenso em caso de abandono do mesmo.

9.3.A contratação de auxílio-alimentação não se baseia na obtenção do menor valor dos serviços, mas sim, no alcance da **menor taxa administrativa**. Por essa razão, a prática de taxa de administração é utilizada como parâmetro de licitação, podendo ser negativa. Essa taxa é aplicada sobre o valor oferecido como auxílio alimentação aos pacientes. Logo, quanto menor a taxa, mais vantajoso será o contrato para a Administração.

9.4.Para avaliar os preços referenciais e a metodologia aplicada, optamos por realizar pesquisa em contratações similares realizada por outros órgãos da Administração Pública.

9.5.Da análise das informações constantes na pesquisa, infere-se não existir linearidade entre o valor global do contrato (considerando a taxa administrativa praticada) e o valor da taxa. Em outras palavras, nos maiores contratos, não necessariamente são praticadas as maiores taxas de desconto, de forma que no cálculo da taxa média não foi feita qualquer ponderação entre a taxa e o valor do contrato.

9.6.A taxa máxima aceitável para o certame será de 0,00% (zero por cento), sendo plenamente aceitável a oferta de valor zero ou taxa negativa.


10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

10.1.A presente contratação visa assegurar a eficiência processual, bem como a agilidade necessária para que a concessão do benefício ocorra no primeiro mês do tratamento do paciente, como determina a RESOLUÇÃO SES Nº 2580/2021.

11. ANEXOS

11.1.Anexo I – RESOLUÇÃO SES Nº 2580/2021

ELABORADO POR:


LUCIANO SILVA C. DOS SANTOS
ASSESSOR ESPECIAL III
MAT. 40.865

APROVADO POR:


MARIA MÁRCIA SAMPAIO FONTES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MAT. 37.877